

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

SOUZA, Ana Paula Santos. Ana Paula Santos Souza (depoimento, 2012). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 50min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO FORD e FUNDAÇÃO FORD. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Ana Paula Santos Souza
(depoimento, 2012)**

Rio de Janeiro

2019

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Helena de Moura Aragão; Lúcia Lippi Oliveira;

Levantamento de dados: Helena de Moura Aragão; Lúcia Lippi Oliveira;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Helena de Moura Aragão; Lúcia Lippi Oliveira;

Técnico de gravação: Bernardo de Paola Bortolotti Faria; Marco Dreer Buarque;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 26/01/2012

Duração: 1h 50min

Arquivo digital - áudio: 2; Arquivo digital - vídeo: 2; MiniDV: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Memória de um Office na periferia: o Escritório da Fundação Ford no Brasil”, desenvolvido em convênio com a Fundação Ford, entre janeiro de 2011 e julho de 2012, com o objetivo de constituir um acervo de depoimentos histórico-documental sobre os 50 anos da atuação da Fundação Ford no Brasil e a posterior disponibilização dos depoimentos gravados na internet.

Temas: Agricultura; Anos 1970; Aurélio Viana; Capital estrangeiro; Cartografia; Direitos humanos; Ensino superior; Estado e sociedade; Etnias; Fundação Ford; Gênero; História de empresas; Igreja Católica; Índios; Instituições de proteção ambiental; Juventude; Língua estrangeira; Língua portuguesa; Meio ambiente; Pesca; Política científica e tecnológica; Pós - graduação; Produtor rural; Propriedade rural; Recursos florestais; Rodovia Transamazônica; Sistema fundiário;

Sumário

Entrevista 26 de janeiro de 2012: A formação em língua portuguesa e inglesa; o mestrado em planejamento e agricultura familiar; o trabalho como professora da Universidade Federal do Pará e no projeto Casas Familiares Rurais da Fundação Viver Produzir Preservar (FVPP); a origem e os fundadores da FVPP; a realidade na transamazônica nos anos 1970 e a presença da Igreja Católica; a diversidade de movimentos dentro da FVPP; a questão de meio ambiente dentro do movimento de agricultura familiar e a crítica ao movimento ambiental internacional; o desmatamento e as mudanças climáticas na região; o dilema entre qualidade de vida e sustentabilidade; a criação do Fundo Dema e a doação da Fundação Ford; a educação da nova geração de jovens agricultores; a criação do mosaico de Unidades de Conservação Terra do Meio e o papel atual da FVPP; a conciliação da questão do meio ambiente com a dos direitos humanos das populações indígenas e ribeirinhas; o mercado de produtos da floresta e a questão da pesca; a relação da FVPP com a Fundação Ford a partir do contato de Aurélio Vianna; a articulação entre FVPP, academia, Fundação Ford e Ministério das Cidades na criação do plano diretor; o mapeamento da região; repercussões do projeto de recuperação de nascentes apoiado pela Fundação Ford; o projeto relativo à questão fundiária; os assentamentos e o diálogo entre sociedade e estado; o projeto relativo à organização e regularização ambiental das regiões de assentamento; a desconfiança em torno do financiamento internacional em solo nacional e o impacto desse financiamento; processos de formação dentro das reservas extrativistas (Resex); outros financiamentos internacionais e a falta de ligação com a questão do índio; a preocupação da Fundação Ford com o socioambientalismo e sustentabilidade; o diferencial da atuação da Fundação Ford no FVPP; a conversa da questão de raça e gênero entre Fundação Ford e FVPP.

Entrevista: 26/01/2012

H.A. - Hoje é dia 26 de janeiro de 2012, estamos fazendo entrevista com a Ana Paula Santos Souza, que hoje em dia é coordenadora de projeto da Fundação Viver Produzir Preservar de Altamira. Queria agradecer muito a sua disponibilidade de vir, ainda mais com a Maria Clara, pequenininha, muito obrigada.

A.S. - Também agradeço por vocês terem entendido e aceito Maria Clara também.

H.A. - Vamos conversar um pouquinho sobre a relação da fundação com a Fundação Ford, no momento desse projeto dos 50 Anos da Ford no Brasil. A gente começa sempre um pouquinho com a experiência da pessoa, você falar muito brevemente sobre sua experiência acadêmica, você é professora, em que fez mestrado.

A.S. - Sou Ana Paula, formada em língua portuguesa e língua inglesa também, mestrado em planejamento e agricultura familiar. Essa virada para esse lado mais do planejamento da agricultura é em função do trabalho mesmo da fundação, eu trabalho na Fundação Viver Produzir Preservar tem uns 20 anos mais ou menos. A gente ajudou a construir também a fundação. E como professora, eu dei aula também como professora substituta na Universidade Federal do Pará, fui professora desde alfabetização também. Atualmente eu estou mais trabalhando com as Casas Familiares Rurais que é um projeto de formação de jovens, filhos de agricultores que é um projeto da Fundação Viver Produzir Preservar, com os filhos dos produtores daquela região, no campo. E divido um trabalho entre isso e a coordenação dos projetos da fundação. Isso é um pouco o que eu faço no momento.

H.A. - E antes você era coordenadora geral?

A.S. - Isso, antes eu fui coordenadora geral até o ano passado da fundação.

H.A. - Aí Maria Clara...

A.S. - Aí Maria Clara. Venceu também meu mandato de quatro anos, aí Maria Clara veio e disse: “Não posso renovar, agora tenho um outro projeto também que exige mais tempo”.

H.A. - Queria que você falasse para a gente um pouco sobre esse começo da fundação. Como foi dentro daquele contexto histórico, o contexto histórico que resultou na criação dessa fundação.

A.S. - Na verdade, eu sempre gosto de falar isso porque a gente chama Fundação Viver Produzir Preservar, mas é um movimento social, na verdade. Um movimento que surgiu no início dos anos 90, se formalizou na verdade no início dos anos 90 e ele surgiu em meados da década de 80, na região da transamazônica, como uma reivindicação da retomada do projeto de colonização pelo governo federal. O projeto foi abandonado e o governo, os migrantes que vieram decidiram, apoiados pela igreja católica, criar um grande movimento e esse movimento acabou trazendo muitas conquistas e acabou se formalizando na Fundação Viver Produzir Preservar.

H.A. - Tipo braço jurídico desse movimento.

A.S. - Exato, exatamente. Porque antes eram mobilizações nas comunidades, mais lideradas pelo sindicato dos trabalhadores rurais, sindicato de professores, que eram dos eixos que sempre conduziram a luta regional e com o crescimento a fundação foi buscando projetos, foi construindo suas próprias experiências e também negociando com o governo e cada vez mais ela foi percebendo a necessidade dela ter uma formalização jurídica, ter uma figura de representação, essa função da Fundação Viver Produzir Preservar.

H.A. - Me diga um pouco quem eram os fundadores, quem começou, enfim, o movimento tinha várias caras, e como isso resultou na fundação, quem eram essas pessoas?

A.S. – Isso. Bom, a maioria migrantes de famílias que vieram nos anos 70 para a transamazônica, alguns espontaneamente, mas na sua maioria trazidos pelos governos e eram lideranças das comunidades, todo mundo trabalhador rural, filho de agricultores, vindo de todas as regiões, líderes sindicais, enfim agricultores. Boa parte dessas pessoas hoje são deputados,

prefeitos alguns, dirigentes, professores universitários, que também continuam ligados a esse movimento. Isso é uma das... Que a gente considera da razão da longevidade também. Você foi ampliando a sua ação e também sua interlocução com o estado e adentrando em outras esferas, na política, na academia para poder ir sustentando essa mobilização, até porque o movimento não conseguiu suas conquistas de imediato, mesmo com toda mobilização, com todos os acampamentos, passeatas no início, ele não conseguiu de imediato isso. Percebeu que essa luta ia ter que se estender por muito mais tempo e era preciso um processo muito mais organizado. Por exemplo, você reivindicava contratação de professores, construção de escolas nas vicinais, mas havia também uma discussão que aquele modelo de educação não servia para os filhos dos agricultores. Então o movimento tinha que ser muito mais amplo, tinha que aprofundar nesse assunto.

H.A. - O que estava questionando, o que estava demandando.

A.S. - É. E aí para outras políticas também. Por exemplo, algumas como a fundiária que é uma das que a gente trabalhou, inclusive com a Fundação Ford. É algo que não está resolvido naquela região, uma região de muitos conflitos ainda, as terras públicas elas não foram ocupadas de uma maneira organizada, dada o projeto de colonização ter sido abandonado em menos de 30% da sua execução total. Então as outras áreas foram sendo usurpadas por fazendeiros ou grileiros, madeireiros e aquilo gerou muitos conflitos e o Estado retomou parte dessas terras, outras ele não conseguiu retomar. Também foi ocupado por famílias espontaneamente, por agricultores familiares, enfim, esse é uma parte difícil de gerenciar, de ter uma proposta coerente que dê conta de todas essas realidades. Então o movimento precisou ir crescendo também, se especializando, estudando.

H.A. - Curioso que ele vai se especializando e ao mesmo tempo é muito abrangente, é uma complexidade de temas, de questões envolvidas.

A.S. - É, eu acho que isso tudo está na raiz do movimento porque o movimento não surgiu por uma linha temática só, surgiu como uma proposta de retomada do projeto de colonização.

H.A. - Colonização envolve várias coisas.

A.S. - Exatamente. E aí isso significava reivindicar escola, saúde, estrada, crédito agrícola, porque quando o governo criou esse projeto nos anos 70, ele prometeu para as famílias assim: a gente vai lá, vocês vão ter casa, vão ter terra, vão ter tudo e o Estado vai assistir vocês em todas essas demandas. E na verdade os militares abandonaram o projeto no meio do caminho, então todo mundo no meio da selva... Enfim, faltava tudo, ainda bem que não faltava coragem e a força de lutar também. Eu lembro, minha família veio para cá conosco, nós somos de Minas, todos os filhos pequenininhos dentro de um carro, nós chegamos no meio da floresta também. “Olha, a gente vai viver aqui”. “Aqui aonde?”. Minha mãe conta isso até hoje, diz que ela perguntou: “Onde é o nosso lote, nossa propriedade?”. Porque ele veio na frente. Aí ele falou: “Aqui que a gente vai morar”. Ela olhou, não tinha nada, só tinha um barraco de palha, ela falou assim: “Mas aqui a gente não pode morar”, ele disse: “É a nossa casa, vai ser aqui.”. “Minha filha, eu só não voltei porque eu não sabia para onde ir e nem aonde eu estava.”.

H.A. - Eram quantos irmãos?

A.S. – Éramos oito. Todos pequenos com um ano, dois anos.

L.O. – Escadinha deve ser.

A.S. - Uma história...

H.A. - Muitas histórias assim.

A.S. - Muitas. Têm algumas contadas nesse vídeo também. Isso semelhante a muitas famílias, não é. É dessa realidade de famílias como a minha e a de muitos que formaram a fundação, como você perguntou, é que surgiu a essa necessidade de fazer a mobilização. A comunidade que a minha família morava, a minha mãe que só tinha a quarta série primária ainda, ela foi professora na escola, foi ela que deu aula, ela que nos alfabetizou e os filhos de todos os agricultores que tinham ali, era a pessoa que mais tinha escolaridade também. Enfim, essa não era uma realidade só nossa, era de uma grande maioria das pessoas. Então isto estimulado por essa mobilização das comunidades eclesiais de base, da Igreja Católica...

L.O. - No caso disso foi a Igreja Católica que foi presente nesse início?

A.S. - Isso.

H.A. - Pois é, eu queria te perguntar sobre a igreja, porque lendo a sua dissertação dá para ver a força da igreja nesse movimento é muito forte. Ajudou muito, não é, pelo visto. Até a Dorothy Stang.

A.S. - Isso. As grandes lideranças desse movimento alguns são religiosos e outros já foram, não são mais. Foi a igreja porque ela chegou antes da colonização na verdade, a igreja ocupava os rios com as suas missões, ali pelo Xingu, Iriri, o próprio rio Amazonas, não tinha estradas, então pelas florestas, eles adentravam pelos rios ocupando essas margens. 300 anos, Prazer do Xingu tem mais de 70 anos que existe naquela região, a transamazônica tem 40, então essa... O outro ingrediente, não é só a igreja, mas o perfil das lideranças da igreja que eram assim muito combativas...

H.A. – Progressistas.

A.S. - Progressistas, muito ligadas a teologia da libertação, eram pessoas muito fortes nesse aspecto. Embora a igreja nesse período, ela já recuasse um pouco no seu sentido mais geral, mas aquele grupo, ainda existe o d. Helder que era bispo naquele tempo, continua sendo bispo, sempre teve uma postura muito forte, de enfrentamento dos problemas sociais, os padres daquela época. Então isso ajudou aqueles agricultores que na sua maioria também católicos a formatar um modelo de luta que viesse somando tudo que as comunidades queriam, transformasse aquilo numa luta municipal e numa luta regional já que as demandas eram muito parecidas de todo mundo.

H.A. - Eles estão dentro da FVPP¹, de alguma forma ou são aliados? A igreja, os padres?

¹ Fundação Viver Produzir Preservar

A.S. - Não, hoje já não é mais tão presente, 20 anos depois, por duas razões: a igreja ela também recuou um pouco dessa sua posição mais progressistas, os padres que foram sendo formados não foram mais nessa linha. Aquela ideia da igreja também acolher mais fiéis e falar menos dos problemas e falar mais de Deus, como se Deus também não falasse desses problemas. E isso acabou distanciando um pouco do movimento, depois já nos últimos dez anos depois que o movimento estava criado. E por um lado a igreja também sentiu que parte da sua tarefa de organizar também estava cumprida. Que o movimento sindical ele tinha que caminhar com as suas pernas também. Então assim, o que faz parte concretamente hoje são os movimentos jovens, eles participam também, os padres, as freiras, alguns municípios participam das atividades, dos projetos que são desenvolvidos, mas não mais nessa posição do comando. Porque antes, eu lembro que eu estava bem garotinha, era assim, o que reunia as pessoas que vieram a criar esse movimento era assim, encontro regional de catequese da igreja, eram os eventos da igreja. Eles eram os fóruns da discussão das atividades do movimento. Depois o movimento foi criando seus próprios fóruns: a reunião dos sindicatos, a reunião dos movimentos de mulheres, o projeto dos educadores, criar uma nova cartilha.

H.A. - Isso que é interessante. São várias frentes muito mobilizadas e que dentro de uma mesma fundação imagino que existam várias dilemas também, ou opiniões contrárias, brigas, não é?

A.S. - Bastante. A gente sempre diz que uma das razões da existência do movimento durante tantos anos é essa diversidade, mas essa também reside aí a parte difícil de administrar. Porque você junta os educadores, os agricultores e agora tem mais outros, os ribeirinhos, as populações indígenas que é um público que participa com menor intensidade. Imagina, os agricultores migrantes acham... Até eles se entenderem com os índios naquela região, alguns têm menos de 40 anos de contato, a maioria das tribos não falam nem português. Então, imagina, os migrantes que vieram de outras regiões, do sul, para derrubar toda a floresta e plantar o progresso, na hora do debate com os índios é crítico, você imagina.

L.O. - Pelo pouco que eu li a respeito, uma coisa que é interessante, que de alguma forma se explica pelo que você está falando, a coisa da agricultura familiar, o mais abrangente desse grupo porque foram para lá nessa situação. E ao mesmo tempo a gente vendo hoje, ter toda uma questão de uma nova agenda voltada para meio ambiente. Como foi isso, porque eles não

se opõem, mas também não significam as mesmas coisas, não é? Como a primeira demanda que era lutar por uma agricultura familiar e ter todos os equipamentos e poder plantar, poder ser assistido e o momento que a questão de meio ambiente entra? Que é mais recente, não é?

A.S. - É, assim com essa intensidade é mais recente. Mas o próprio nome da Fundação Viver Produzir Preservar quando ela resolveu formalizar, engraçado, esse é um ponto interessante mesmo. Quando resolveu formalizar foi também a uma crítica ao movimento ambiental internacional, por ocasião da ECO 92, lembra? Que assim, na Amazônia você retirava como positivos os índios e talvez alguns ribeirinhos, os outros todos eram iguais. Aí os migrantes abandonados diziam assim: “Quem disse que nós somos... Nós fomos convidados para vir para esse lugar, a gente quer sobreviver, porque agora a gente está no mesmo nível que as fazendas, que os madeireiros, os garimpos grandes nessa época Serra Pelada, a própria região de Carajás, o Jari, todos esses grandes projetos, nós não somos isso. Nós queremos viver, nós queremos produzir, nós também sabemos preservar”. Então era a ideia também de nascer um movimento que desse conta disso, não desse pauta ambiental mais protetora dos recursos naturais com exclusividade, mas de uma pauta que incluísse isso, mas que desse conta da demanda daqueles migrantes que foram trazidos para ali também. E se fôssemos falar de vítimas, eles eram também. Está certo que a Transamazônica passou, para ser construída ela passou em cima de várias tribos indígenas, destruiu várias tribos indígenas, mas as famílias que vieram também do nordeste, do centro-oeste, do sul, elas também eram vítimas de um processo de exclusão também. Alguns foram enganados totalmente e abandonados depois. Até tinha uma frase que dizia assim que “Se construir a Transamazônica foi um erro, abandonar era um crime muito maior”. Então essa discussão ambiental ela começa aí e ela vai mudando. Primeiro um pouco essa resistência de não nos igualar e depois começa a discussão de como produzir naquele lugar. Primeiro impasse, como produz arroz, feijão, milho na floresta? Ninguém veio de uma realidade dessa. Essa era a primeira crise, como você faz isso. O princípio é o mesmo, desmatar, queimar e preparar a terra. Mas os agricultores sempre foram vivendo esse dilema. Porque em outras regiões do Brasil, aqueles que vieram do Maranhão, vieram de todos os lugares, eles viam que o destino não era bom, que cada vez que eles fossem desmatando, desmatando e aquecendo o solo, aquilo ia acabar virando aquela realidade dos avós que as famílias deles vieram. Então houve sempre uma busca intensa por outras formas. Porque lá, diferente de outras regiões de onde muitas famílias vieram, o desmatamento ele produz um resultado

terrível, as árvores imensas, o solo, você planta uma vez, da outra vez você já tem que descansar a terra, tem que corrigir, não nasce com facilidade. As árvores são grandes, todos os nutrientes estão nelas, é diferente de outras regiões. Então isso já era uma preocupação grande dos agricultores. E essa pauta ela foi se ampliando. Aí a gente traça como um segundo momento. Quando a destruição, o saque dos recursos naturais proporcionado pelas madeiras, ele começa também a ficar vultoso, do tipo assim, o Cecílio Rego Almeida tinha cinco milhões de hectares. Como uma pessoa pode ser dono de cinco milhões de hectares de terras públicas! E qual era o destino? Para poder as madeiras tirarem toda a madeira, em seguida colocar o gado e aí, com essa realidade o movimento começa a se preocupar, ainda numa visão de reforma agrária, qual é o destino dessas terras, qual o destino da floresta, disso tudo, e os nossos filhos, os filhos dos nossos filhos? A gente não vai mais para lugar nenhum, aqui é a nossa última fronteira, para procurar terras novas e tudo para todo mundo. Então começa então esse embate, surge aí uma outra linha do movimento que é a criação das Unidades de Conservação. Na época nem era esse nome, era criação de áreas protegidas, era para que o governo protegesse essas áreas que eram públicas e que depois para discutir com a sociedade um destino melhor para ela. Mas que elas não ficassem nas mãos dos grileiros, madeireiros e tal. E um terceiro momento desse envolvimento mais ambiental, é o que a gente está vivendo hoje, que são as restrições ambientais, dado o nível de desmatamento, o aquecimento global, as leis que ficaram mais rígidas por conta do desmatamento. Você vê no norte, até a carne de alguns frigoríficos foram proibidas porque o gado que eles matam vêm de áreas de desmatamento ilegal, então as restrições foram cada vez maiores. Se o agricultor não tem 80% ele não vai acessar créditos, e aí você começa, junto com as preocupações anteriores, a incluir mais essa. Então hoje, nos últimos cinco anos, esse debate ambiental é um debate muito forte. Em nem um momento por essa discussão puramente ambientalista, mas porque existe realmente um limite estabelecido. Se a agricultura familiar não se moderniza a ponto de usar de forma melhor os recursos naturais e a terra, ela também está fadada a ter um fim trágico. Todo mundo está enxergando que as mudanças estão ocorrendo. O desmatamento, o aquecimento o que está fazendo. Se a gente olhar a quantidade de rios que secaram naquela região. Por exemplo, nós nunca passamos nos último 20 anos, nunca houve um período em que o Natal e o ano Novo não chovesse. Esse ano não choveu. Em Natal não choveu, choveu semana passada. Então quem planta milho no mês de novembro que é o período perdeu toda a produção porque não caiu chuva suficiente para plantar. Então as mudanças do tempo elas são percebidas pela agricultura também, e o

movimento também trabalhou formação e discussão, ampliou suas articulações nessa linha para entender um pouco mais isso. Claro que para isso você também traz outras visões para dentro do mesmo movimento, da mesma fundação, essa visão mais ambiental. Às vezes puramente ambiental, e que o problema da floresta são os agricultores, então tira eles...

L.O. - Gente atrapalha...

A.S. - Isso também é... Nem é isso, nem é só isso e nem é também essa discussão de que tudo bem podemos continuar desmatando que nada vai acontecer. Vai acontecer. Está acontecendo, não vai estar...

L.O. - Só uma coisa para a gente que é de outra região, de outro lugar. Há um certo senso comum ou haveria um certo senso comum que pensa a agricultura familiar como uma coisa atrasada, não é? Tem um lado que é a agricultura moderna, produzindo etc, e tem lá aquelas famílias... Não é?

A.S. - Parece quase poética.

H.A. - A subsistência.

L.O. - Isso é interessante também que é outra... Há um processo de formação e de qualificação do agricultor para que ele possa enfrentar o que está acontecendo, de outra maneira.

A.S. - Sim. Inclusive nós temos um projeto chamado Projeto de Casas Familiares Rurais, que é para trabalhar com os filhos dos agricultores. O foco é exatamente esse. Porque aí tem dois problemas. Um, é que reproduzir essa agricultura que meus pais e muitos fizeram, assim do machado, da enxada, isso é penoso. Os jovens não querem mais isso no campo, eles querem mais facilidades, não querem mais capinar com enxada, eles querem capinar com a roçadeira elétrica, eles querem ter um tempo para descansar, eles querem ter energia, não querem trabalhar... Meu pai trabalhava de quando o sol nascia até quando o sol se punha. As lógicas da juventude que vai assumir o campo, ela mudou. Então esse é um ingrediente. Ou então reproduz o campo. E o outro lado também, e esse é um desafio, porque o que se apresenta como moderno,

ele destrói. Porque assim, o plantio de soja em larga escala naquela região e do arroz... O Mato Grosso, nosso vizinho, não tem nada, é o corte raso geral. Você anda quilômetros, dorme, acorda, e você só enxerga soja, só um tipo de vegetação, todos os rios já secaram, sem contar as cabeceiras dos rios do Serrado contaminadas por tudo, pelos agrotóxicos que as pessoas jogam. Claro, você vai olhar o índice de vida de Lucas do Rio Verde que é uma cidade do Mato Grosso, as famílias têm casa, têm carro, os filhos fazem faculdade, mas a discussão é também, a que custo? Então o desafio é assim, como juntar essa qualidade de vida que todo mundo quer ter, os filhos dos agricultores também querem fazer faculdade, também querem fazer tudo isso, com esse dilema de ter algo sustentável do ponto de vista do trabalho mesmo, da profissão de agricultor e a gente busca com a casa trabalhar essa formação que dignifique isso, que o campo não é o lugar onde estão as... Que a agricultura familiar não seja onde estão as pessoas que não deram certo. E também como dobrar a espinha da assistência técnica, dos bancos em relação ao que financiar e como financiar. Por exemplo, o agricultor quer financiar uma criação de galinha, ele também quer fazer um tanque para criar peixe, mas o financiamento que tem no momento é para criar gado, porque gado tem um estudo de viabilidade econômica que prova que dá certo, então o crédito está para isso. Os agricultores dizem: “Mas eu já tenho gado, eu quero outra coisa, quero peixe, eu também quero ajeitar a minha casa, eu também quero fazer um pequeno laticínio, eu vendo leite então quero melhorar”. Então esse modelo que é diversificado e propõe iniciativas muito pontuais e às vezes específica, ele não cabe dentro das tabelas retas dos bancos e homogeneas, que se é gado é gado para todo mundo, se é galinha é galinha para todo mundo, enfim, não tem essa história. O governo até ensaiou um Pronaf aí chamado, não me lembro, era nesse linha. Sistêmico, era o nome, Pronaf Sistêmico, mas não foi para frente também, a ideia era boa, mas você precisa carregar junto essas mudanças, junto com as estruturas que vão bancar essas mudanças.

L.O. - O Fundo Dema tem a ver com isso?

A.S. - Não. O Fundo tem a ver com essa história ambiental, de luta ambiental do movimento. A história do Fundo é uma história bem interessante também, basicamente o movimento social nas suas denúncias para criar Unidade de Conservação e a busca disso, para proteger áreas na verdade, ele também justificou isso denunciando o saque dos recursos. E um dos saques mais públicos, mais vergonhosos foi toda essa retirada do mogno dentro dessas áreas e quando o

governo conseguiu apreender tudo isso ele deixou milhares de toras de mogno boiando no Xingu, e a gente na época fez a denúncia e solicitou que aquilo tinha que ter um destino. Está certo que o mogno é nobre, é tudo, mas as famílias moram em palafitas, não tem casa na cidade. Porque não doar essa madeira, agora, para construir casas, construir material escolar. Nós montamos uma propostinha e fomos discutir isso na Procuradoria Geral da República. Eu lembro que o procurador disse assim: “Todo objeto de crime no Brasil, ele é destruído”. Então qual era a proposta? A proposta era por fogo em toda aquela madeira, como faz com CD pirata, com armas, com droga, com tudo. E aí a gente enfrentou essa discussão com o governo dizendo: “Essa atitude era uma atitude burra. Porque isso não ia devolver a dignidade para as pessoas e nem ia recompor a floresta. Talvez mais digno fosse se a gente devolvesse de alguma maneira para as comunidades”. E sobe e desce, muito embate, Tribunal de Contas, Procuradoria, Controladoria, Ibama, chegou-se a ideia...

H.A. - Porque é delicado isso. Se começasse assim com tudo que for...

A.S. - Então. Aí o governo criou... E tanto que não criou mais, só teve esse. Tudo bem, a gente doa a madeira para vocês, no caso doou para a Fase, a gente fez um conjunto de articulações para fazer isso, a Fase e a Igreja Católica, através do bispo e nós da fundação e a Fase Amazônica.

H.A. - A Fundação Ford colaborou, não é?

A.S. - Colaborou.

H.A. - 2011, eu vi que tem uma doação...

A.S. - Eles colocaram capital também no Fundo Permanente, porque o recurso do Fundo Dema é um fundo fiduciário, no Fundo Permanente que você só pode utilizar os rendimentos. “Então está aí, doou toda a madeira para vocês, não é isso que queriam, pega, e de vocês agora.” E agora? Juntou a Fase, a gente não entendia nada de madeira; contrata uma madeireira, aí tem que ser uma madeireira idônea que tem selo verde, ninguém tem no Brasil, então começa tudo isso. Então vamos ver para quem tem menos crimes ou então pelo menos para quem está

pagando pelos crimes. Tem kown how porque eram uma ação de grande porte, tem kown how, mas também não pode ter uma ficha tão suja porque se não vai contaminar todos nós. Daí chegou-se a uma grande e aí serrou a madeira, eles vieram, montaram, serraram, venderam e tiraram as despesas do próprio lucro e o que o sobrou foi entregue. Tudo isso acompanhando pelo Ibama, pelo Tribunal de Contas, todo mundo, o que sobrou foi colocado no Fundo Permanente que na época foi em torno de R\$6 milhões. Esse fundo a gente só pode usar o que ele rende.

H.A. - Aí a Fundação Ford doou também.

A.S. - Isso. A Fundação Ford doou, creio, U\$1 milhão para se somar a esse fundo permanente também. E depois ela fez outras doações mais específicas que essas você podia usar os recurso, o capital deles, para trabalhar a organização dos quilombolas. O fundo tem também tem uma linha para trabalhar as populações dos quilombolas que são imensas e aí a Fundação Ford fez uma doação nessa linha também.

H.A. - Para o fundo?

A.S. - É, para o Fundo Dema. E aí a gente faz um edital por ano, basicamente, para projetos de até 30 mil e vai usando recurso que pode, que rende; não rende muita coisa porque o país não vive um momento de especulação. Cada vez que o dólar cai a gente tem problemas no nosso fundo, no Fundo Dema, porque você não gera tantos recursos assim.

H.A. - Aí abre edital para outras ONGs?

A.S. - Isso. Aí é uma coisa mais simplificada, aí o sindicato, o movimento de mulher, cooperativa, aldeia indígena, aí tem vários critérios, são projetos nessa linha mais socioambiental, projetos das comunidades, projetos de formação. Até mesmo quem não tem CNPJ, mas que vai apresentar...

H.A. - Um problemão.

A.S. - Exatamente. Porque tem um custo manter uma estrutura organizada. Mas hoje, cada dia o governo aprimora mais essa burocracia, agora é não sei que digital, enfim, tem que fazer tudo isso.

H.A. - Voltando a questão da educação que você estava falando das casas rurais, como está sendo esse processo de... Na sua dissertação que você falou, para fazer revolução socioambiental como fazer se a maior parte da população, nessas áreas ainda analfabetas, na época, tal, o que vocês estão fazendo para que essa nova geração, os jovens agricultores tenham mais escolaridade ou mais preparo, enfim?

A.S. - Então, porque as Casas trabalham ensinam fundamental e médio, mas o foco é a agricultura. E essa discussão ambiental é uma discussão muito forte. Desde você trazer especialistas, você discutir o tema meio ambiente, discutir a regularização fundiária das propriedades, e os alunos têm possibilidade de conversar desde com o gerente do banco a um especialista em Rede, para eles irem tendo noção do tamanho desse desafio, essa é a parte teórica. E tem a parte prática que são os projetos desenvolvidos na propriedade de cada um deles. Porque é uma escola e o campo experimental dessa escola é o lote da família. Então cada jovem é acompanhado nas atividades que ele desenvolve. E lá ele tem a chance de desenvolver atividades que a gente chama de alternativas, ele quer criar peixe, ele quer recuperar uma área que já foi desmatada para poder de novo colocar ela como produtiva. Então ele tem a possibilidade também de ir testando experiências que podem dar um rumo diferente para a agricultura. É uma escola que não é fechada, é aberta a todo esse debate sobre discussão ambiental.

H.A. - Existe desde quando?

A.S. - Vai fazer 15 anos como piloto, mas de expansão mesmo tem oito anos.

H.A. - Uma experiência bem sucedida que vocês tiveram aí, não só na fundação, mas com um conjunto de parceiros, pelo que eu entendi, é a questão da criação do mosaico de Unidades de Conservação Terra do Meio. Queria que você falasse um pouquinho disso também, como foi e como manter isso?

A.S. - Nossa, isso é uma batalha. Inclusive essa semana a gente está em discussão para pensar assim, criou e aí qual o nosso papel nessa agora. Estamos vivendo esse...

H.A. - Da fundação especificamente?

A.S. - É. Papel da FVPP, como a gente chama. Ela começou inicialmente com a ideia de proteger as áreas para o futuro. A Terra do Meio que era essa área onde o Cecílio Rego Almeida que é basicamente toda região de Altamira e Prainha; Altamira é o maior município do mundo. Então você imagina que a Terra do Meio entre Parques, Resex somam mais de 7 milhões de hectares de floresta. Então a ideia, com o governo, foi proteger aquilo. “Vamos preservar essa área, tira as madeiras, tira o Cecílio Rego Almeida” e o movimento fez uma grande mobilização para essa área da Terra do Meio para criar e para criar também Verde Para Sempre, que é uma reserva extrativista no município de Porto de Moz, que fica ali no médio Xingu já no encontro com o rio Amazonas. E a proposta inicial era só essa mesmo, chamou o governo, o governo fez uma mobilização em 1999 chamada Grita Transamazônica, e lá o Ministério do Meio Ambiente esteve presente, a Ana Langue na época que era representando o ministro nessa reunião, e uma das pautas dessa grande mobilização foi a criação dessas áreas protegidas tendo em vista que tudo estava sendo dilapidado pelas madeiras e tal. E o governo se comprometeu em fazer um estudo, e quando se faz o estudo, o ISA² participou desse estudo, tal, ele descobre que... Existiam as pessoas lá dentro, populações, populações indígenas, populações ribeirinhas, que o movimento... Nós sempre dizemos assim, nós nos relacionamos com as pessoas, então o nosso trabalho passou a existir de fato ali, porque a gente começou a se relacionar com as comunidades para entender quem era aquele povo que eram seringueiros no período da borracha, depois eles eram da pele do gato, enfim, e foram ficando ali naquela região. E nós migrantes aqui da rodovia fomos conhecer mais profundamente essa outra realidade. E todas as nossas atividades elas foram se dando na interlocução com essas pessoas. Por exemplo, as vezes as instituições ambientais que partilham conosco essa estratégia de criação e tudo, elas querem saber como a gente vai proteger o corredor, como a gente vai demarcar o corredor da sócio biodiversidade. “Não, a gente está preocupado com outra coisa.”. Tipo assim: como vai

² Instituto Socioambiental

identificar os vetores de pressão? Nós estamos preocupados com as famílias, o que elas querem lá? Eles querem escola, todo mundo era analfabeto, ninguém tinha documento, enfim, era... A gente dizia que aquele povo vivia sem o Estado. Às vezes, ainda bem, eles diziam.

H.A. - Representavam então as populações daquela área?

A.S. - Isso. E nosso diálogo lá dentro tem sido com essas populações.

H.A. - Tipo ajustar expectativas, digamos.

A.S. - Isso. Porque na verdade, assim, o movimento da transamazônica, do Xingu, dessa região, ele não é de lá. Porque isso que a gente sempre dizia, é sempre difícil você fazer um movimento para dentro de uma reserva extrativista, se esse movimento não sair daquelas pessoas. Só que aquelas pessoas também estavam numa situação tão excluídas e vivendo sob a tutela do grileiro, dos exploradores, de todos os padrões que eles tiveram desde o seringalista até chegar no grileiro, nada mudou, tudo era a mesma coisa, que eles não tinham mesmo reação. Então uma ação de fora das Resex foi importante para isso. Mas a gente nunca perdeu de vista que o protagonismo é deles. E que esse povo precisa ser empoderado na sua ação para assumir esse território também. Tanto que assim, nosso esforço agora tem sido trabalhar com as lideranças. Todas as comunidades, todas as localidades, quem são as pessoas que despontam, que estão interessadas em tocar esse debate, para você ir ajudando, formando essas pessoas, investindo no conhecimento para elas, servindo um espaço de articulação delas com o governo, dada a história do movimento e também conhecer o mundo das pessoas, enfim, para que elas assumam isso. Mas isso não é uma garantia da manutenção das unidades de conservação suficiente, porque o tempo que essas populações vão levar para atingir esse estágio de fazer uma briga por milhões de hectares de floresta, é uma coisa muito longa. É preciso ter algo aqui na lateral também. Então aí entra o trabalho mais efetivo dos ICMBio, talvez do próprio governo, da própria força repressora do Estado para garantir que o pessoal não invada, não pesque. O Iribi, por exemplo, é um rio que tem muito peixe. Todo peixe consumido na região de Macapá, ali mesmo no Pará, boa parte vem dessas unidades de conservação. E agora, com a construção de Belo Monte, por exemplo, a população vai triplicar, aí a pressão sobre esses recursos vai aumentar. E essas comunidades vão virar refém desse processo, porque quanto mais pesca mais

ganha também. E elas não têm esse controle, não consegue fazer, o Estado ainda é muito frágil na figura do ICMBio para garantir isso. Enfim, ainda necessita do aprimoramento de outros elementos para garantia dessas unidades de conservação. Antes as pessoas achavam que talvez o congresso pudesse desmanchar o decreto. Eu já acho que o congresso, não vai conseguir fazer isso, ele sempre vai ter uma pressão forte dentro para não. Tentou inclusive diminuir as unidades e conservação, desmanchar alguns decretos, mas a pressão da conjuntura, dos projetos locais, da realidade, da ausência ou da insuficiência do Estado, ela pode sim ter problemas com as unidades de conservação, pode fragilizar as unidades de conservação. Isso é um pouco nossa leitura agora depois que tudo foi criado, enfim. A gente também tinha uma visão ingênua de achar que quando o governo decretasse as unidades, ele assumiria elas, da sua necessidade, pelo menos por um tempo para poderem ganharem um status... Porque é um novo estado praticamente, são sete milhões, é parque, é Resex. De quem é? Ah, do governo aquilo ali, do governo e de ninguém.

H.A. - Diferente da transamazônica...

A.S. - Então, né? Hoje a gente vive esse debate. A discussão tem uma Rede da Terra do Meio, é uma coisa informal, embora seja séria e importante que faz parte várias instituições de governo também, os movimentos, as organizações dessas comunidades ribeirinhas, e o tema hoje como a gente sustenta essa conquista. Como se sustenta a conquista como você melhora a qualidade de vida das pessoas e como torna... Você não vai tornar, como você contribui para que elas ampliem seu protagonismo nisso aí, tanto para as populações indígenas, como para as populações ribeirinhas, esse é um desafio grande.

H.A. - Conciliar a questão do meio ambiente com os direitos humanos.

A.S. - Exatamente. Às vezes as reuniões lá com as comunidades, eles dizem assim, tem mais isso, “O que dá dinheiro mesmo é gado...”, porque o que deu dinheiro lá era gado, “o que dá dinheiro é gado e garimpo”, que dentro dessas unidades de conservação tudo tinha fazendas grandes e tinha garimpos também. Porque óleo, semente de andiroba, só dá para a Natura que cobra horrores para gente ter aqueles produtos [risos], depois, mas para o pessoal que vende mesmo, para as famílias, é um rendimento muito pequeno. O mercado desses produtos da

floresta, falado, é um mercado de nicho, quem consome isso? Então ele é importante, mas sozinho ele não dá conta de trazer qualidade de vida para as pessoas. E a pesca, por exemplo, que a nosso ver seria algo que as famílias podiam se bancar ali, porque é uma coisa garantida, eles entendem do manejo e tudo, eles não dão conta de cuidar de rios tamanho de mares, é preciso que o Estado se apresente e ajude a cuidar. O cara cuida do porto da frente da casinha dele, mas as outras entradas pela floresta onde todo mundo chega e pesca de arrasto, leva tudo na época que não pode...

H.A. - O Ministério de Pesca não dá conta.

A.S. - Exatamente. A pesca poderia ser uma das formas de ajudar a melhorar a qualidade de vida. Nesse sentido aí, corre o risco também das outras ofertas, muda de governo, muda de direção. “Vamos permitir que cada um tenha vaca, vamos incentivar não sei que”, aí as pessoas também vão começando a enxergar outros horizontes. Ou então também, como você concilia outras atividades produtivas dentro de uma unidade de conservação. Se você pegar a lei do snoque que trata disso, permitir nada de quatro patas, só cachorro, gato, boi nem pensar, cabrito, nada desse negócio.

L.O. - Ela falando a gente vê a complexidade dessa coisa toda que vocês estão vivendo. Que é quase assim, a vida é um laboratório de coisas, vamos dizer assim, quase que 400 anos, desde aquela coisa, a agricultura mais tradicional a tudo que está acontecendo de hoje...

A.S. - Exato, a farinha lá torrando... Do lado tem a soja com as suas máquinas. Tudo junto.

L.O. - Me diga uma coisa nessa história. Não sei se estou avançando muito. Como a Fundação Ford chegou a vocês ou vocês chegaram a Fundação Ford? Vocês estão nessa luta, com todos esses ângulos, todas essas questões etc, etc. Inclusive você agora deu exemplo importante, como tem a ver com tudo isso, vocês têm a ver com Ministério do Meio Ambiente... Tem uma conexão entre os interesses, as organizações lá dos movimentos sociais etc, e o Estado mesmo, o Ibama... Não é brincadeira isso.

A.S. - É, você tem uma relação, por exemplo, nós somos um movimento que faz acampamento, passeata, mas também faz negociações com o governo, tem projetos em conjunto com ele. Isso é uma coisa, pelo menos a nosso ver, não tem como ser diferente. As Casas Familiares, por exemplo, parte delas são bancadas pelas prefeituras, porque nós entendemos que a educação é responsabilidade do Estado, nós não vamos ficar fazendo projetos internacionais para bancar professores, para comprar merenda se existe milhões que são repassados para as escolas. Aonde é possível fazer essa conquista na base do diálogo é feita na base do diálogo, aonde a gente precisa acampar na prefeitura, também a gente acampa na prefeitura. Então é mix dessa resistência e dessa proximidade.

H.A. - Dessa negociação.

A.S. - Dessa negociação. Essa é a forma. É uma forma, não é fácil porque é uma forma que também vive sempre como uma corda esticada. Assim, um ano como esse que vai ter eleições municipais, a corda enforca.

H.A. - Aí como entram as agências internacionais nisso, inclusive a Ford?

A.S. - No começo as primeiras agências vieram também através da igreja, os primeiros apoios vieram pela igreja. Foi apoios assim como do Sesi, Novibe, Christian Age, essas, Oxfam, essas instituições mais ligadas ao mundo católico ou as igrejas também. Mas com o tempo a gente foi também, claro, descobrindo nossos próprios horizontes. Essa relação com a Fundação Ford, por exemplo, ela tem nove anos, mais ou menos, formalizado. Mas a gente conheceu mesmo a Fundação Ford através do Aurélio Viana, porque nós nos conhecíamos antes da relação com a Fundação Ford, de outras mobilizações nacionais, especialmente as atividades voltadas para os direitos humanos e ele trabalhava no Cedi, acho que trabalhou em outras instituições, e nós nos encontramos nessa nossa luta pelo Brasil afora com ele em outras instituições. Quando ele voltou para a fundação, saiu, mudou de lugar, ele nunca perdeu o contato conosco e com outros movimentos também. Aí a gente tornou a se reencontrar com a figura dele na Fundação Ford. Nunca fomos à procura da Fundação Ford, na verdade. Porque a gente sempre teve uma visão também que a Fundação Ford ela sempre apoiou instituições um pouco maiores, mais nacionais e tudo. E nós éramos, embora um movimento intenso, mas um movimento no mínimo regional,

ligada as comunidades de base. E quando o Aurélio [Vianna] chegou, eu lembro que uma das discussões que ele fez, era exatamente isso. Ele gostaria que a Fundação Ford chegasse um pouco mais perto das comunidades. E talvez a forma disso acontecer fosse mapeando algumas organizações que ao longo dos anos, que ele acompanhou fazendo parte de outras instituições, ele percebeu que talvez fosse através dela que chegasse e assim ele chegou até a gente. Aí começou a nossa interlocução a partir daí...

H.A. - E a interlocução nesse primeiro momento foi para realizar um projeto específico ou apoiar a instituição como um todo?

A.S. - Na verdade sempre foi assim para apoiar algumas estratégias que a gente tinha de projetos. Por exemplo, nós tínhamos um interesse de desenvolver experiência de planejamento das cidades. Porque o movimento era um movimento do campo, muito forte, mas as vilas da Transamazônica, daquela região do oeste elas foram crescendo e virando cidade. Claro, com todos os problemas da cidade que explode. E a gente queria entender que boa parte do campo estava morando nessas áreas. Então a nossa luta também tinha que se concentrar nessas áreas. A gente pensava entender isso um pouco mais. Como você planeja uma cidade dessa, como você... Aí a gente iniciou junto com ele propondo isso. Já que você disse que quer investir, vamos investir numa atividade como essa que a gente quer fazer, que é uma coisa articulada com as prefeituras inclusive. Então nós vamos começar onde a gente tem um diálogo com as prefeituras. Porque isso não pode ser um plano diretor dos movimentos. Se não a gente faz com qualquer cidade; esse é um plano diretor que tem que valer, tem que valer, então todos eles viraram leis mesmo nas câmaras de vereadores. Claro que para as coisas irem para a prática, a sociedade, o mais bonito dos planos se não tiver uma participação efetiva é pouco provável que vá para a prática.

H.A. - Quando a gente conversou com o Aurélio ele contou que, não sei foi exatamente esse caso, que houve uma discussão muito forte com os ministérios das cidades, por conta do edital que era um edital que talvez não valesse tanto assim as recomendações ali para os municípios ali da Amazônia.

A.S. - Exatamente.

H.A. - Acho que é sempre assim, tipo, os editais nacionais quando chega ali...

A.S. - Um perfil, quando chega ali você tem dificuldade. Porque você tinha um edital que só incluía a cidade, o quadrado, e você ainda tinha que mapear onde começa e onde termina a cidade. E você pega o município na transamazônica, tem aqui o núcleo mais central, mas aí tem a vila, tem a outra vila, a outra vila e as pessoas moram aqui, mas trabalham é lá no lote delas, e elas vivem boa parte um revezamento entre isso. Então esse não é um município como São Paulo, como o Rio que tem outra realidade. No mínimo os editais tinham que fazer isso. E a gente buscou, a Universidade Federal do Pará que já trabalhava um pouco com essa discussão das cidades na Amazônia, e ela conseguiu fazer esse debate. E junto com a Fundação Ford conseguiu apoiar isso, fazer essa discussão com o Ministério das Cidades.

H.A. – De adaptação dessas cidades.

A.S. - Exatamente. E isso acabou valendo porque os planos diretores das cidades eles já... Nas conferências das cidades, que aí é os fóruns oficiais do governo, ele acabou incorporando essa dinâmica que veio dessa experiência, desses planos diretores que nós fizemos juntos, dessa articulação com a academia, com os pesquisadores que estavam trabalhando, inclusive construindo planos para algumas cidades interior do Pará, esse peso político, organizativo, acadêmico ela acabou enfrentando governo e mostrando para ele que estava muito bem feito, mas que ainda não servia para a Amazônia e aí na conferência das cidades eles acolheram as mudanças e os planos para aquela região são adequados.

H.A. - Interessante, acho que o Aurélio citou isso como um exemplo de às vezes com pouca verba, se você atinge a coisa certa, você faz uma diferença enorme.

A.S. - Exatamente, é isso mesmo. Que era um pouco o que ele também dizia às vezes, Fundação Ford não tem todo esse dinheiro. E depois das crises todas que tiveram foi diminuindo. Mas assim, nós também não precisávamos parar a universidade, mas a universidade tinha uma articulação antiga conosco. Porque o movimento propôs a criação dos campus universitários, a expansão das universitários no interior, apoiou isso, bancou isso com os movimentos sociais.

Mesmo sendo movimento formado por pessoas pouco alfabetizadas, os agricultores não estudaram, meu pai era analfabeto, mas eu fui para a universidade, graças a essa luta. Porque era assim que a gente queria. Então a universidade ela se aproximou muito forte desse movimento. Então quando a gente chamou para essa parada aí, para essa empreitada, aí todo mundo veio junto. E, de fato, os recursos eram poucos, mas foram suficientes. E essa experiência do plano diretor, por outro lado também, o fato da gente ter feito junto com as prefeituras, também tornou aquilo legítimo. Às vezes a realidade não era bem o que a prefeitura ver, e às vezes não era o que a comunidade também. Por exemplo, o Baixão, onde estava as minas de água da cidade estava ocupada, você tem que discutir com a população aquilo, o que aquilo significa? Mas aí a discussão é discussão qualificada. A água toda vem dali, você não ia desamparado para a discussão, você ia com laudo da qualidade da água, ia para lá com mapeamento que a Ford ajudou a gente a montar um laboratório de gel, com computadores. Nada é sofisticada, mas com bons programas, bons profissionais você consegue fazer um bom trabalho.

H.A. - Foram quantos municípios?

A.S. - Foram três.

L.O. - Vamos trocar...

[FIM ARQUIVO I]

H.A. - Vamos continuar exatamente do ponto que a gente parou que eu perguntei quantos municípios.

A.S. - São três municípios. E esses municípios são municípios com dificuldades, a gente não foi escolher municípios onde tem mais ou menos organizado. É município esse mesmo, onde a área tem água potável do município tem uma invasão, tem uma ocupação, é um município onde você não tem calçamento, enfim, com tudo isso. Claro que fazer essa discussão, fazer esse levantamento, a universidade levou seus estudantes, o pessoal que estuda saneamento, aí foi angariando fundos. Imagina, o dinheiro para fazer isso, até a gente colocou na ponta do

lápis, se você fosse fazer um plano diretor de uma cidade, mesmo, trazendo a participação da sociedade, fazendo os estudos necessários, isso é muito caro e leva muito tempo. Então a gente também queria com isso mostrar que é possível fazer, mas é necessário ter uma articulação, interlocução para poder construir isso. Foram dezenas de profissionais, técnicos trabalhando nisso. Mas ou estavam vinculados a universidade, ou vinculados ao governo, ou eram pessoas voluntárias que queriam fazer sua tese de alguma coisa e foi lá fazer parte do trabalho. Então nossa principal tarefa foi mobilizar tudo isso, e o recurso que a gente teve da Fundação Ford foi para ter uma equipe de técnicos de gel para bancar nossa articulação na região e para montar um laboratório de gel processamento para você ter documentado, ter o mapeamento, que é outra discussão que a gente fazia com o Aurélio Vianna, que esse mundo do mapeamento, do recenseamento remoto ele é um mundo longe das comunidades. Mapa, chega o cara com mapa assim, a pessoa olha assim, parece um negócio extraterrestre. Os agricultores não tem mais esse susto todo com mapa, pelo menos o público que a gente trabalhou. Porque às vezes eu sentia que o mundo da cartografia, talvez o próprio Alfredo [Wagner] pode conversar um pouco isso com vocês, era feito também para oprimir as pessoas, assim, bota aquele mapa assim, com todos aqueles efeitos, tal, desmatamento, aquele negócio assim...

H.A. - Se sente impotente.

A.S. - É, vai colocar o dedo lá, que era um pouco a técnica que o pessoal de Belo Monte fazia, do governo. Aquele mapa, jogava, aquele movimento, com todos aqueles recursos de alta tecnologia, aquilo era mais agressivo do que participativo. A gente também colocou dentro da nossa cabeça a missão de que o conhecimento tecnológico mais sofisticado dos dados, do sensoriamento remoto, ele pode ser sim acessado por uma pessoa que nem escolaridade tem, ele pode e deve. E que a gente poderia contribuir com isso.

H.A. - Hoje em dia as pessoas estão mais acostumadas, com celular, câmara digital...

A.S. - Claro, e que isso estava mais no propósito do que no instrumento em si, essa coisa mais opressiva estava mais no propósito daqueles que faziam isso do que...

H.A. - Então esses laboratórios tiveram, digamos, essa importância simbólica também, porque eles continuam lá...

A.S. - Sim, continuam. Por exemplo, os alunos das casas, agora vai ser feito um mapeamento das propriedades deles. Vão marcar lá com GPS, fazer tudo, o cara vai conhecer a propriedade dele, onde tem floresta, onde tem os rios, tal, acompanhar o desmatamento, a recuperação das áreas, isso os jovens vão estudar os programas que até então era do Cibam, de não sei quem ou então das grandes ONGs que trabalham com isso, internacionais, tal. E outra política que a gente implementou também, a gente nunca oferece só os mapas, tudo que a gente produz é público. Todo nosso conhecimento. Nada, nada é... Tudo é público. Isso eleva a base de dados também. A gente fez isso para mapear as Resex, as famílias, os moradores, os moradores têm acesso aos mapas, os estudantes também têm acesso às informações. Esse é o tipo de trabalho que é um trabalho caro porque para você fazer lá... a melhor parte dele não é aquele que é feito só de cima; porque as vezes o pessoal diz assim: agora todo mundo, satélite, até Google lê tudo, tal. Mas ir lá embaixo, mapear com GPS, com tudo, identificar, aí sim o mapa vai ser preciso, porque só aquela coisa mais genérica com 50 quilômetros de distância, não é bem o que um agricultor quer.

H.A. - Essa foi a primeira parceria digamos com a Ford. Não é a palavra parceria, a primeira doação que a Ford deu. A segunda foi o projeto de recuperação de nascentes.

A.S. - Exato. Isso já é um fruto disso.

H.A. - Vocês observaram...

A.S. - Exatamente. A curiosidade dos jovens nas casas que já existiam, foi essa, o que mais chamou atenção deles foi como os rios estavam destruídos, como as margens dos rios estavam destruídos. E a gente achou que deveria apoiar a iniciativa deles de fazer um mapeamento das margens específicas, escolher rios para eles recuperarem junto com as comunidades essas margens. Isso foi um projeto que a gente teve apoiado junto com a Fundação Ford, como desdobramento desse outro que ganhou inclusive um prêmio, prêmio ANA.

H.A. - Da agência, não é?

A.S. - Da Agência Nacional.

H.A. - E ele durou quanto tempo?

A.S. - Dois anos, com a Fundação Ford dois anos, agora vários meninos continuam trabalhando, recuperando. Até porque com dois anos o máximo que eles conseguiram fazer foi ter um levantamento específico da situação das áreas, das margens dos rios que eles escolheram, como os rios principais de cada município, ter um estudo do que seria adequado para essa recuperação, alguns tem que plantar, outros basta cercar que regenera, enfim. E a articulação com os órgãos de governo para construir os viveiros para essa recuperação.

H.A. - Agora que vai começar mesmo...

A.S. - Exatamente. Agora as plantinhas estão lá, o pessoal está cercando as áreas que são para cercar para não entrar gado e tudo, para ir recuperando o espaço.

H.A. - Aí passou a ser uma coisa da prefeitura?

A.S. - É, uma coisa da prefeitura, da comunidade, do governo. Aí assim, o movimento também vive muito... A evolução das propostas elas vivem também no sabor da mudança do governo. No Pará nós tínhamos um governo com a Ana Julia que tinha uma articulação um pouco maior, com a mudança, todas essas coisas foram cortadas. Então você tem que recomeçar.

H.A. - E as de nível municipal também?

A.S. - Essas então nem se fala. Às vezes a casa para de funcionar porque o novo secretário entrou e disse que ele não vai dar nada para a casa. O pessoal: “Você não tem que dar, o dinheiro é do Fundep³. Os alunos são cadastrados. Você tem que mandar sim o dinheiro, fazer isso”.

³ Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa

Mas isso significa mais uma luta. Até porque às vezes as prefeituras, principalmente no interior, não vai por ninguém com conhecimento em educação, vai por o aliado lá e tudo. Se é alguém sensível e identificado com a casa, você vai só ajustar, senão é uma batalha de novo, começando. É sempre assim.

H.A. - E o terceiro projeto é relativo à questão fundiária, talvez seja o mais complexo.

A.S. - Exatamente. Porque aquele quadro que eu coloquei no início, da regularização fundiária é um quadro ainda muito grave. Por exemplo, o projeto foi abandonado, da colonização, por volta de 74, têm famílias que não têm título de terra, mesmo dessa época, não tem seu título definitivo. Então você tem...

H.A. - Eu fico imaginando, porque se em Pinheirinho está essa... Imagina lá.

A.S. - Então. E assim, tem o caso da colonização que precisa ser regularizada ainda, parte dela. Aí nos fundos da [inaudível] amazônica tem aquela espinha de peixe, você tem as áreas dos assentamentos que o governo criou, que o Incra⁴ criou mas que não deu continuidade, criou mas nem a parte da documentação seguiu, nem nada. Têm as novas formas de assentamento como os PDS, desses que a Dorothy propôs, que já é uma outra modalidade, que inclui o uso dos recursos naturais, uma intensidade maior, que também não terminou de documentar e tem o fato que parte desses assentamentos serem feitos em áreas já ocupadas por fazendas, e aí você tem um conflito que foi assim como ela morreu e morreram tantos outros, não só lá, mas em outras regiões do Pará. Essas regiões tem dono. Então a gente sempre dizia que não tinha nenhum palmo de terra que não tivesse dono, embora o governo fosse o detentor de 80% deles. E que mudar esse quadro ia exigir muito mais do que uma energia do governo, uma repressão, ia exigir uma proposta fundiária que desse certo também. E nesse sentido essa é a empreitada. Porque nós também quando a gente faz nossos acampamentos para que o fazendeiro seja expulso lá do assentamento, os assentados tenham direito ao crédito do Incra, tal, a gente também faz uma reflexão sobre o modelo de produção. O lote do cidadão é 60 km longe da faixa. Durante todo o inverno parte daquela estrada não funciona, a manutenção de uma estrada

⁴ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

de terra de mais de 20 km tem um custo muito grande, para uma prefeitura, por exemplo, manter. E aí são centenas dela. A escola para chegar lá você só consegue chegar até o ensino fundamental menor, fundamental maior de quinta a oitava, como um sistema modelar, o segundo grau nem pensar, universidade, Deus o livre. Então assim, é um modelo, é um jeito de viver que só a garantia da terra não garante a presença das pessoas lá, mesmo elas sendo agricultores. E os filhos? Se os filhos saírem quem...? Mesmo que os pais fiquem, se os filhos saem para estudar ou porque tem um problema de saúde e lá a estrada é muito ruim, então vem para a vila para cidade mais próxima, o destino daquele modelo também com essas fragilidades, também é incerto. Esse também é uma razão de você se preocupar com a proposta fundiária que dê certo, que funcione, que garanta que as pessoas fiquem no campo. Que atenda administrativamente, que tenha sustentabilidade e que também garanta um desejo das pessoas. Agora mesmo, com a chegada da construção da hidrelétrica, muitas famílias vieram para trabalhar na informalidade, ou então no serviço braçal inicial que é o que tem agora, de escavar tudo. Mas mesmo esse é muito sofisticado ainda, empregou poucas pessoas do campo, as pessoas vêm mesmo para a informalidade, vender alguma coisa na rua, porque a vida no campo, sem escola, sem educação, isolado durante o inverno...

H.A. - Mas aí como fazer, enfim, como é esse projeto?

A.S. - Esse a gente pegou um assentamento como experiência. Um assentamento desses antigos que tem todos esses problemas, que ainda não está regularizado, como regularizar esse assentamento? Essa é a caminhada, como regularizar esse assentamento, do ponto de vista formal para as famílias terem acesso a crédito, assistência técnica, e como construir junto com as famílias uma proposta de sustentabilidade do assentamento que faça com que aquilo seja produtivo. Porque também um assentamento que vive de cesta básica, não leva felicidade para ninguém.

H.A. - Digamos que seja um projeto piloto?

A.S. - Isso. E algo partilhado com as famílias. Nós estamos nessa fase, esse projeto com a Fundação Ford fizemos toda uma atividade de formação com as famílias de conhecimento, agora estamos encerramos o cadastro ambiental de todas as famílias, o mapeamento de todas

as propriedades para você entender o que é aquelas propriedades ali, o que tem de floresta, onde tem área produtiva. Às vezes alguém está em um lote que não dá para produzir nada, então ele não vai produzir nada e o outro está numa área toda produtiva. Talvez a ideia também, vai ter que remanejar posições das famílias. Áreas da floresta que talvez tenham que ser desmatadas para produzir. Mesmo porque ali onde tem uma terra melhor. Então é toda essa engenharia para fazer essa discussão. O único ponto frágil nessa discussão toda tem sido a participação do Incra. Mas a gente avalia também que assim, no momento que eles entram, eles se comprometem com esse movimento que não tem volta, que é um movimento que vai crescendo, crescendo, de modelo de assentamento fundiário, e lá frente o governo vai ter que bancar. E ele já banca outra estratégia. Melhor então não entrar nisso, deixa aí para ver no que dá. Mas enfim, algumas questões já vieram à tona, assim, bem preocupantes. Por exemplo, dentro dos assentamentos, além dessa eu já falei que as famílias são distribuídas, o pedaço de terra para cada um sem nenhuma lógica, às vezes um ganha um lote que tudo é produtivo, o outro ganha um que só tem pedra dentro, não produz nada; tem também a disputa... Na falta de perspectiva de políticas públicas, eles vão comprando lote do outro, depois arrenda para o fazendeiro que coloca o gado lá; o fazendeiro não está no assentamento, mas o gado dele está, engordando lá na floresta que os caras desmataram e eles vivendo do lucro que aquele trabalho dá. Então são as formas mais esdrúxulas de sobrevivência que você pode imaginar. Nada, nada aproximado da proposta que está no papel pelo governo. Essa também é uma forma de mostrar que tanto para o Estado como para as famílias que a sustentabilidade disso tem um prazo muito curto. E como também você consegue produzir e comercializar nessas áreas, o que é possível beneficiar ali ou fazer um primeiro beneficiamento para diminuir o custo disso e chegar até às cidades, entender se todos que estão ali são clientes da reforma agrária. Nem todo mundo é. Ter terra também é uma forma de ter um capital guardado para especular, a pessoa tem um comércio na cidade, mas tem um lote no assentamento. Ele é professor, mas tem um lote no assentamento e nunca foi agricultor. Ele vive a vida dele lá fazendo outra coisa, tal, aquele lote está lá para ele... Vai que aquilo vire uma moeda valiosa, enfim. Esse quadro todo ele vai sendo confirmado nesse projeto piloto, e tudo isso negociado. A gente fala que isso é diferente de um projeto de pesquisa de levantamento, porque tudo isso é negociado com a comunidade, e é ela mesma que levanta a sua própria realidade em conjunto para buscar as saídas. E algumas propostas é ela mesma que traz.

L.O. - Só ainda complicando, alguns momentos há de fato interesses conflitantes, quer dizer, para além do interesse do grande madeireiro, que é uma coisa assim, mas tem hora que vai ter lá...

A.S. - Lá dentro do grupo...

L.O. - E aí, quem arbitra? Vocês, alguém decide?

A.S. - Deus ajuda também... [risos].

L.O. - Eu tenho um pedaço de terra que é...

A.S. - Pega o lote para o filho, o outro filho...

L.O. - Tenho um lote horroroso, que não vai. Como você vai convencer aquela pessoa que Deus deu, no acaso, deu o lote bom, que deve abrir mão daquele lote o outro que foi...

A.S. - Então, às vezes essas proposições são muito mais simples, sabe por quê? Porque o que as pessoas querem lá? “Eu quero produzir. Porque a gente não negocia?”. Às vezes entre eles é muito mais fácil negociar. Mas é preciso propor, é preciso oferecer a possibilidade e eles se sentirem seguros. Se o Incra fazer isso, jamais, eles nunca vão aceitar. Mas a referência do movimento de 20, 30 anos, que foi aquele movimento que trouxe aquele assentamento, que trouxe... Aí você consegue pelo menos ouvir, ser ouvido. Isso é fundamental. Porque as vezes o Estado perde a credibilidade total no diálogo com a sociedade. Mas esses conflitos existem bastante. E claro que têm uns que o pessoal vai bater o pé e dizer, “Não eu vou ficar com meus 500 hectares mesmo”. Mas está dizendo lá que você só tem direito a cem no assentamento. “Ah, mas eu comprei lote de fulano, de fulano...”, mas não pode vender lote no assentamento. “Mas ele me vendeu, não se importou, tal.” Vai ter alguns momentos desse que o Estado vai ter que entrar e arbitrar, porque senão... Essa ausência criou também suas pequenas cobras peçonhentas dentro desse meio, que elas não vão ceder a essa discussão, isso é um fato. Então assim, momentos conflitantes virão nesse processo de diálogo.

L.O. - Para além da imensa diferença, é o que aconteceu nos espaços das cidades das chamadas comunidades das favelas. A maioria das favelas a pessoa não tem título, construíram... Por quê? Foi deixado... Se você olhar é exatamente isso. E as pessoas usam, todas as coisas, vendem aquela terra. Não tem título, a maioria absoluta não tem título de propriedade.

A.S. - Esses dias mesmo alguém foi na Caixa para fazer um financiamento pra construção da casa própria, eles financiam sempre com o título da terra, da área e tal. Alguém perguntou assim, então quer dizer que nessas favelas ninguém financia? Mesmo quem trabalha e tem renda, porque ninguém tem posse dessas terras.

L.O. - Aí entra todo lado, a milícia, o outro que tem um dinheiro, o outro que usava net, mas é gatonet, da Light, meu deus do céu, é...

H.A. - Só para concluir, esses projetos que são apoiados pela Ford, você falou que agora está começando um quarto projeto. Aí qual é, como é?

A.S. - Então, esse dá sequencia a essa fase do assentamento, não é. A gente construiu o primeiro produto que retrata o assentamento e também quais são as proposições que aquele assentamento está apresentando para melhorar ali, para chegar na condição que os assentados querem. Então agora...

H.A. - Para ter uma noção, a gente está falando no universo de quantas famílias?

A.S. - De 300 famílias. Aí a gente agora vai começar, na parte ambiental, por exemplo, quais são as proposições que as famílias têm, como a gente organiza a regularização ambiental, os rios que têm que ser recuperados, quem vai entrar com o quê, vamos começar o processo de negociação. A comunidade entra com o quê, o governo entra com o quê, como a gente organiza isso? Na parte da educação o cenário é esse, a comunidade está propondo isso, quer pelo menos ensino médio em uma perspectiva, os alunos possam ter um núcleo universitário na vila mais próxima... Enfim, os planos são longos. Vai entrar na fase agora da construção dos acordos e dos documentos para garantir...

H.A. - E aí vai se ligando as políticas públicas em algum momento.

A.S. - Exatamente, exatamente. Têm algumas coisas que já existem, elas só não acontecem, não precisa inventar nada, outras coisas que você precisa. Por exemplo, o ensino médio tudo bem, mas a universidade, como faz? O menino tem que ir embora? Então ele não pode estudar na universidade. Pode, pode ter um campo de expansão para alguns cursos que não requeiram também uma estrutura muito grande das universidades públicas, próximo, enfim, então vamos discutir como fazer isso. Essa é a fase que a gente vai viver agora. Que na minha opinião é uma fase que vai ter muitos enfrentamentos também, porque vai ser uma fase dura de diálogo com o governo também em relação as políticas públicas. Algumas coisas a gente sabe que não vão para a prática, não é só porque ninguém não pediu ou porque não tem. É porque o pessoal desvia o dinheiro também da saúde pública, o dinheiro da educação. Se desvia não dá para sobrar muito, muito menos para o assentamento. Se as favelas da cidade não têm, imagina lá quem está mais isolado da porta da prefeitura, que não vai ter mesmo. Então esse é o momento. E tudo isso também registrando como um processo de construção, para dois motivos, não para uma receita, mas para identificar os passos dessa construção. E evidenciar inclusive os desafios porque aparentemente às vezes parece que é tão simples, mas não é, exige embate com o governo, diálogo, e o embate interno mesmo entre quem está propondo. Nós não somos um time homogêneo, todo mundo quer a mesma coisa no assentamento. Isso tem um custo de fazer isso, um custo de reuniões, um custo de convencimento, um jeito de convencer diferente, diferente do que os órgãos públicos chegam, a necessidade de garantir a segurança da informação para o agricultor aceitar o acordo, senão ele não vai aceitar o acordo, e não se convencer que mesmo o governo sendo tudo isso que ele critica, ele também é parte responsável desse processo, que vai lá desde o processo eleitoral, até mesmo ele tem que recuperar. Quer dizer então que o governo tem que vir e plantar todas as margens do igarapé que desmatou todo, só porque o governo não trouxe a escola pra ele? Vamos brigar pela escola, mas a margem do igarapé tem ajudar a plantar. Essa ponderação é uma tarefa custosa, não tão financeira, mas de dedicação para construir isso. Porque quando as coisas ficam muito largadas, deixada, tenta retomar aquilo de volta, é a mesma coisa. Você deu o exemplo das favelas. Abre uma discussão sobre a documentação das terras, vamos passar primeiro um ano de guerrilha, para depois começar a ter o primeiro momento de conversa mesmo mais civilizada.

H.A. - Essa questão do... Falando ainda da relação com a Ford, enfim com apoio de cooperação internacional como um todo, existe um movimento assim de opositores, por exemplo, do movimento ambientalista, tentar confundir a população ou as pessoas envolvidas, no sentido de “É dinheiro estrangeiro, é dinheiro de quem está querendo tomar a Amazônia”, esse tipo de coisa? Acontece?

A.S. - Tem. Isso ainda é muito forte naquela região, ainda. Porque a criação das unidades de conservação, não só lá, na Terra do Meio, outras também naquele eixo do oeste todo, chegando até na divisa com Mato Grosso ali perto da BR63, essas pessoas têm um movimento muito grande do empresariado da soja, da madeira e a criação dessas áreas acabou tirando o capital desse pessoal. Então o movimento que mais mexeu com a vida dessas pessoas, mexeu no bolso delas. Eles perderam sim, quando o governo fechou todas as madeiras naquela região, houve uma queda na economia, porque a economia se baseia na produção do ilícito também, não é? Então houve uma queda sim e houve uma revolta generalizada também. O empresariado sobrevivia disso, parte disso. Essas organizações que surgiram na linha de frente propondo isso... Porque o governo não tomou a decisão de nada, ele acolheu a decisão da sociedade civil. Mesmo assim, da criação do Fundo Dema, da apreensão da madeira, da criação da Terra do Meio, nada disso veio como uma proposta do Estado, tudo veio como uma proposta do movimento social. Talvez não no formato que se configurou no final, mas a iniciativa foi do movimento. Então quem tirou o dinheiro dos grileiros, dos madeireiros tinha nome e endereço. Está aí, porque os caras mataram alguns, inclusive. E isso criou... “aquele pessoal que fica sustentando, que destrói tudo que é deles e agora querem mandar no que é nosso, tal, tal, tal”. Esse é um discurso ainda forte; mas é um discurso que tem enfraquecido porque o pessoal tem percebido que às vezes quem mais banca essas atividades é dinheiro público, na verdade. Quando eles vão somar os milhões que eles supostamente imaginam a quantidade de dinheiro é muito pequena. Então, por exemplo, a Sudam... E aí o movimento social com essa ideia de se aprimorar no seu enfrentamento, com conhecimento, que é uma arma poderosa para enfrentar o debate, também reduziu um pouco a agressividade desse debate. Quando eles diziam isso, nós também dizíamos, sim, mas a Sudam⁵ deu aqui milhões de dinheiro público para os projetos que não deram certo e que não foram cobrados e que todo mundo ficou por

⁵ Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

isso mesmo. Então o que foi dado para a agricultura familiar do dinheiro público, por exemplo, não é nem um décimo do que foi dado para quatro, cinco famílias, e esse dinheiro não voltou. O que o movimento social recebe de uma doação internacional é 0,00, então a capacidade... O volume é sempre o que chama atenção, se vocês forem comparar não é nada, “por que vocês não fizeram tudo isso com o dinheiro que vocês tiveram?”. Então esse debate é um debate que assim, quando ele vem para a mesa mesmo, ele é um debate fraco, ele é muito assim da mídia, do cara que vai lá dá uma entrevista...

L.O. - [inaudível]

A.S. - Exatamente. Essa retórica dos políticos, mas do centro das discussões ele não entra mais porque não se sustenta. E até porque o pessoal viu todas às vezes a presença do governo nesses processos de criação e a força do Estado, bancado pelo Estado.

H.A. - Agora, dentro dessa perspectiva, por outro lado, se há tão pouco dinheiro como fazer diferença? Por exemplo, como uma Fundação Ford pode fazer diferença com tão pouco dinheiro? Vale a pena investir? Porque acho que há uma discussão interna até dentro da própria Ford, em que é alocar o dinheiro, por quem o meio ambiente? Até porque eles vão mudando as diárias. Por exemplo, a educação já foi um foco, hoje já não é tanto. Meio ambiente não que não seja importante, mas é um mundo de questões ali, será que faz diferença? Estou fazendo uma pergunta assim provocativa, na verdade.

A.S. - Não, claro, eu acho que assim, a diferença maior está de você garantir o empoderamento, ajudar no empoderamento de um grupo para abalizar essa discussão. Isso é uma das conquistas principais. Porque assim, você acha que o governo vai bancar o pagamento do técnico de gel para ele fazer aquela atividade lá da Resex do jeito que os moradores querem e com isso os moradores enfrentarem o Ibama e dizer que ele está equivocado, que a Resex passa por aqui e que os pontos de vetores não são esses porque eles também tem esse conhecimento do mapeamento. Reside aí a diferença. Nesse caso o plano diretor de você propor e provar com os mesmos instrumentos do Estado, que pode ser diferente, tem como ser diferente e custa menos fazer diferente. Então assim, não tem essa disposição no Estado para isso, na estrutura de fazer isso. E quando você faz por outra maneira, aí você traz para a mesa a discussão, o mesmo

assunto sobre um outro aspecto. Na nossa avaliação essa é a principal conquista. Porque na verdade, se você falar nas casas, o dinheiro mais vultoso das casas veio do governo público, ele é público. A construção dos prédios é pública, o contrato dos professores é público, agora, o conteúdo que os alunos trabalham, o centro daquilo é fruto de reuniões, de consultorias, de outros profissionais, de gente que se dedicou a isso, bancado não pelo Estado, mas bancado pelo movimento social, que pensou uma outra proposta. Porque o Estado não precisava pensar outra proposta, já tem uma grade de ensino para o fundamental, já tem uma grade para o médio, já tem livros e livros, “Para que vamos ficar reinventando a roda?” então, aí reside a diferença. Porque eu também acho que, a gente sempre conversou isso, em um país que tem muito dinheiro para educação sim, nessas políticas, meio ambiente, não diria que tem. Porque o que o governo tem de mais vultoso aí é o Fundo Amazônico que é uma doação internacional, é a política mais expressiva do governo federal no meio ambiente é essa que não tem um centavo do dinheiro público. Mas mesmo essas políticas assim, elas não vão vir para a sociedade se não estiver firme e cobrando. E ajustá-las, aí é mais difícil ainda.

L.O. - Além da Ford que outras cooperações que vocês tem que seria interessante, que somasse a Ford ou...

A.S. - Não, soma. Por exemplo, na outra pergunta sobre um novo projeto, um é a continuidade dessa atividade do assentamento, mas tem também processo de formação para dentro das Resex. Você me perguntou, e agora, depois que criaram as unidades de conservação? Uma das ações que a gente considera é continuar investindo nesse conhecimento para essas famílias, para essas lideranças. O cara agora tem certidão de nascimento, ele quer saber onde cobra à saúde pública dele, ele descobriu que pode cobrar a saúde pública, descobriu que o filho dele pode ter acesso à escola, descobriu que vem o dinheiro que ele pode fazer isso, enfim, que ele pode pegar em dinheiro, que ele não precisa só trocar a mercadoria dele por aquele preço. Então estamos nessa fase, e esse recurso da Fundação Ford, nessa quarta doação como eles chamam, é para trabalhar a formação nessas Resex, com a comunidade incluindo as mulheres, os jovens, nesse sentido...

H.A. - Então é tanto a ampliação do projeto do assentamento, quanto concentrado nas Resex?

A.S. - Nas Resex com empoderamento das lideranças para elas irem assumindo o papel delas.

H.A. - E essa questão das outras agências de cooperação internacional.

A.S. - Então, a gente tem um apoio... Essa é uma boa pergunta. Nós nunca tivemos grandes apoios internacionais, nunca. Esse ano nós temos o primeiro apoio da União Europeia, ainda em um projeto junto com a universidade da Alemanha, dividido, tal, mas nunca tivemos apoio, então. E nos últimos anos os recursos eram públicos MA, MDA, que também já vem fechado, carimbado com uma coisa específica, com um nível de exigência, e internacional mesmo a gente tem um apoio da Fundação Ford, da Fundação LUR também, mas é um apoio pontual para as Resex que é um trabalho que a gente faz junto com o ISA⁶, as reservas extrativistas, desde o começo acompanhando, enfim. Tem também uma cooperação com a GIZ que antigamente era DED, agora é GIZ, que é cooperações com pessoas, que ajudam o movimento, dinheiro quase não tem. Eu acho que de recurso internacional só são esses. Os outros apoios são recursos públicos.

L.O. - Não é maldade, mas vocês lidam pouco com índios. Se tivesse mais índio...

A.S. - Você está certa.

L.O. - Se tivesse mais índio, vocês teriam mais dinheiro internacional.

A.S. - Você sabe que você falou isso, o problema é que a gente lida pouco com índio e lida muito com agricultor, entendeu? Se a gente lidasse com outras coisas também... os agricultores estão... Porque as agências internacionais às vezes, às vezes não, ninguém é diferente, decidem sobre o que eles querem apoiar, sobre uma reflexão que eles fazem. E aí, às vezes a gente quer apoiar na linha ambiental com este viés: vamos formar comitês de bacia. A demanda dos movimentos é o assentamento lá que mataram a Dorothy [Stang], a rodovia que alagou, é a educação que ainda não chegou ainda nos acampamentos, é a discussão de como plantar sem colocar fogo, se não põe fogo como tira a floresta, enfim. Às vezes a demanda caminha ao

⁶ Instituto Socioambiental

largo das possibilidades que você tem. A gente tem muitos contatos, mas às vezes as possibilidades estão fora e o exercício que os movimentos fazem também é assim. Às vezes você pega um recurso, você até tem capacidade e capilaridade para fazer o projeto que estão ofertando, mas ele não vai somar aqui dentro da sua demanda foco, ele vai ser algo a mais. Então às vezes dá mais trabalho também. Às vezes é preciso correr para os recursos, para as articulações voluntárias, as parcerias para executar os projetos que a gente quer. E por outro lado também, eu sinto que as instituições diminuíram bastante os recursos para... Não só a Ford, dada a crise, mas já algum tempo. Desde que o Brasil é um país que tem nível de vida... Nós somos uma economia razoável, estabilidade, crescendo, crescendo, não justifica tanto as doações. Esse é uma leitura para quem quer investir no governo, porque para quem quer investir na sociedade civil, a leitura não é assim que caminha. Até porque se você pegar o Pará, por exemplo, o PIB do Pará cresceu, mas cresceu com o que? Com soja, pecuária e minério. É isso que sustenta, e madeira. A agricultura familiar não está nem na beira disso aqui que é o grande público. Então nós continuamos na margem. E os movimentos estão associados com esse público enfrentando esse outro. Se eu não conseguir fazer uma leitura mais por dentro, você vai dizer assim, o Pará exportou milhões e milhões, o produto interno cresceu. E cresceu em cima da depredação, inclusive. E daí, às vezes essa leitura, sobe o produto final do país que cresce, tal, sem uma leitura mais interna dos mecanismos da sociedade civil, produz isso. “Então a gente se retira e vamos apoiar a África, vamos apoiar outros lugares e tal, porque lá a gente está vendo, aqui já mudou e tal.”

H.A. - No caso da Ford, não sei se você tem uma visão da atuação dela, antes o nome do programa era desenvolvimento rural, lá atrás no começo dos anos 80 e foi mudando para essa questão ambiental e tal. Houve até um momento que houve uma crítica a revolução verde, apoiar a revolução verde de certa forma, enfim. Existiu também uma questão em relação a isso, as pessoas têm um acompanhamento do que a agência foi ao longo do tempo?

A.S. - Não. Acho que na região não. Porque nosso contato é muito recente com eles. Não, não tem. Mas o que a gente acompanhou mais precisamente foi essa preocupação deles com a agricultura familiar, com o debate ambiental, mas eles não estão dissociados de que esse debate ambiental está colado...

H.A. - com o direito das pessoas.

A.S. - Na sobrevivência e com a produção, que é algo quase inconcebível, no pensamento ambientalista. Quer dizer que para pensar o meio ambiente eu também tenho que pensar na produção sustentável? Que não seja só vender óleos, castanhas e folhas?

H.A. - Isso é interessante. O Aurélio falou também que na perspectiva da Fundação Ford internacional, que essa questão do socioambientalismo, o Brasil ajudou muito a transformar esse conceito em algo assim sólido.

A.S. - Exatamente. Eles fizeram até um seminário recentemente, juntaram várias organizações entre nós e vários outros... [choro de bebê]

H.A. - Vamos parar, vamos parar.

L.O. - Vamos dar uma paradinha.

A.S. - Sim, estávamos falando das instituições que cooperam e porque elas aumentam ou diminuem ou voltam atrás.

H.A. - Qual seria o diferencial da Ford, digamos assim, a atuação lá?

A.S. - Para nós, o primeiro foi assim, de investir numa estratégia que o movimento queria fazer. A gente queria fazer essa experiência dos planos pilotos, fortalecer uma proposta fundiária de sustentabilidade, assentamento sustentável, enfim, a gente não precisou fazer um projeto para uma linha da Fundação Ford, a gente chamou a Fundação Ford e disse que a gente gostaria de ser apoiado nessa proposição. E essa proposição foi apoiada. Para gente isso foi um diferencial. Diferencial até, por exemplo, da Comunidade Europeia que é grande, que tem muitos recursos, mas está completamente delineada ali, os editais são fechados para você fazer. Se você não se afina com aquilo, você não vai arrumar trabalho. Você pode ter até um projeto aprovado e depois você ter dificuldade. E algumas exigências, do tipo, você tem que ter uma cooperação internacional, algo que vai executar em cooperação com outro país. Para uma organização que

está dentro de um movimento regional, e se falar de número de pessoas atingidas não é tão grande de pessoas, se você for comparar com outros projetos que atendem milhares e milhares de pessoas. Então assim, aceitar que uma experiência que não envolva talvez um público tão grande e que aparentemente esteja em um espaço geográfico pequeno, mas que a capacidade dela de replicar e a influência que os resultados dela pode ter, são muito importantes para um conjunto muito maior; essa capacidade de ler isso em um projeto enviado por nós é uma coisa que a Fundação Ford teve com os apoios que ela teve. E além do apoio financeiro também a história de tentar articular o projeto com os outros apoios que a própria Fundação Ford tem. Por exemplo, na região que a gente está eles apoiam também acho que o sindicato de Santarém, outras organizações, que tem um foco imenso nessa questão fundiária e os problemas são parecidos com os nossos. Então a gente tem uma proximidade com essas organizações. E isso é uma coisa que a Fundação Ford ajudou a bancar essa proximidade também, em relação a esse assunto. Esse é um diferencial, só falando do diferencial, não são as únicas coisas boas. Claro que tudo aquilo que eu falei antes também, de apoiar a sociedade civil, mesmo em um país em crescimento, que não é só a Fundação Ford que faz, as outras também fazem, também uma coisa positiva. Acho que esse contato também com o financiador é uma coisa muito importante para a gente, porque nós temos possibilidade de dialogar o projeto. Eu não sei se é por conta da figura do Aurélio, ele sempre foi muito mais do que um agente de projeto na nossa avaliação. Sempre foi uma figura envolvida nas grandes discussões da política social, econômica do país, na parcela da sociedade civil. Quando ele estava nas outras organizações também de cunho nacional, ele também teve uma posição assim. E trouxe isso, por exemplo, nós não tivemos o apoio do Fundo Amazônia, mas o Fundo Dema teve agora, recentemente, vai receber parte dos recursos. E o Aurélio foi uma figura que ajudou a construir essa articulação junto com a Fundação Ford porque ele conhece o Fundo Dema. A Fundação Ford aportou dinheiro no Fundo Dema, eles monitoram os projetos. Então a opinião deles também, dentro desses espaços também foi fundamental para poder a gente conseguir, o fundo conseguir os recursos do BNDS, tendo em vista que na prática o BNDS deveria financiar direto. Porque já é um fundo e não repassar o recurso de um fundo para outro fundo. Mas a experiência mostrou que eles no Rio, nunca vão conseguir chegar na comunidade da Resex, no riozinho do Anfrísio. Mas a organização do Fundo Dema, seu conjunto de organizações ligadas pode acessar o Fundo Dema e o recurso pode vir para o Fundo Dema porque ela vai ter condição de chegar até a fase BNDS, vai ter condição de chegar até o BNDS. Mas a associação dos moradores do riozinho do

Anfrísio, nunca. Então assim, ter capacidade de fazer essa análise e ajudar a fortalecer o movimento e mostra o governo a sua fragilidade, não só a sua fragilidade, mas também os caminhos para avançar é muito importante. Por exemplo, o Fundo Amazônia está aí, os recursos estão quase todos dentro do BNDS porque o BNDS é aqui no Rio, não tem capilaridade em lugar nenhum. Então quando eles vão conseguir chegar nas comunidades para discutir RED, para discutir serviços ambientais, recuperação de passivo ambiental, se eles continuarem trancados nessa articulação? E quem chega ao BNDES⁷ com todas as burocracias, todas as exigências? Nunca vai acontecer. Vai ser preciso ter as organizações intermediárias que vão conseguir fazer isso, já que eles não abrem mão de gerenciarem o fundo. São exemplos dessa aproximação, dessa articulação que na prática não envolveu um dinheiro direto para as organizações da Ford, mas envolveu o papel dela nisso. Eu digo o papel dela porque o Aurélio sempre apoiou essas coisas todas.

H.A. - Uma última pergunta que a gente tem feito para todos os donatários, a Ford é muito focada, tem uma preocupação muito grande com a questão de raça e gênero e perpassam de certa forma todas as áreas que ela atua. Como vocês veem essa demanda, aparece, por exemplo, em um relatório de se dizer na equipe quantas pessoas têm. Como é isso para vocês lá?

A.S. - Na verdade assim, isso às vezes parece um cálculo meio frio, por que... e a gente é sempre real, e é um real que as vezes choca, porque no movimento de agricultores você deve ter 10% de mulheres na linha de frente de algumas organizações, mas você tem um movimento de mulheres forte também. E esse movimento está dentro dessa estratégia. Então, às vezes a participação das mulheres por dentro das suas próprias organizações, no caso das mulheres, ela é muito mais efetiva nessa fase, do que na linha de frente do sindicato onde ainda a maioria são homens, a maioria dirige. Nós sempre fomos abertos com a Fundação Ford em relação a isso. Nunca tivemos nenhuma crítica em relação a isso, o fato da gente não conseguir, por exemplo, estar em um estágio positivo, no mínimo 50%, 40% de mulheres participando em todos aqueles níveis, no conselho, tal. Mas por outro lado as mulheres também estão em posições importantes. Quando eu assumi a coordenação da fundação, eu substituí uma colega. Na existência da fundação, a metade do mandato dela foi feita por mulheres. Talvez a parte mais organizada,

⁷ Banco Nacional do Desenvolvimento

que os meninos... Mas na verdade foi feito pelas mulheres. E acho que isso é uma coisa interessante porque as mulheres vêm ao longo do tempo elas se dedicaram mais a estudar. O conhecimento parece que é uma coisa que as mulheres tinham mais necessidade que os homens e elas corriam muito mais atrás. Então elas acabaram também tendo uma capacidade, às vezes, de não ser lá o vereador, mas o projeto que discute o saneamento básico do bairro é ela quem sabe fazer e é ela quem discute. Então isso a gente conversa muito abertamente com a Fundação Ford, que a ascensão da participação de gênero, da garantia...

H.A. - E de índios também.

A.S. - E de índios, isso não se faz por decreto assim. Por exemplo, das comunidades indígenas é mais difícil ainda. Uma coisa é você falar de populações indígenas que moram aqui no bairro, outra coisa é você falar de populações que estão, por exemplo, há 30 anos que tiveram contato, isso é, como eu vou incluir essas comunidades no meu mundo de agricultor, de produtor, só porque agora eu tenho um projeto apoiado que tem esse princípio. Essa é uma discussão aberta que a gente tem feito. Mas claro que a luta, independente da Fundação Ford ou de qualquer outra organização, para garantir a participação das mulheres ela é uma luta forte. O movimento traz essa participação grande. [manifestação do bebê]

H.A. - Acho que encerramos.

A.S. - Acabou, acabou...

[FIM DO DEPOIMENTO]